



Processo Nº: 2020/396

Requerente: VEREADORA IMILIA DE SOUZA

Assunto: PROJETO DE LEI – ABRIL LARANJA

RELATÓRIO

O expediente versa sobre proposição legislativa de autoria de vereadora com assento na nobre Câmara Municipal, cujo mérito trata de instituir data comemorativa municipal.

Em atenção às medidas adotadas pela administração para enfrentamento da crise pandêmica COVID-19, (arts. 2º e 3º da Ordem de Serviço nº 004/2020), o expediente tramita exclusivamente em formato digital. Constan dos autos virtuais os seguintes documentos em anexo:

Documento 001 solicitação via email;

Documento 002 projeto de lei;

Documento 003 informativo sobre a campanha;

PARECER

Os Municípios são entes dotados de autonomia política para legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II).

A Constituição vigente não contém nenhuma disposição que situe a fixação de datas comemorativas e eventos municipais à reserva de iniciativa do Poder Executivo, de modo que.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica refere a possibilidade de criação de eventos comemorativos públicos da seguinte forma:

Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe,



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

*I - legislar sobre assuntos **de interesse local**;
(...)*

XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

Grifamos.

A competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria, por sua vez, é deduzida a partir das seguintes disposições:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, **com a sanção do Prefeito**, sobre todas as matérias da competência do Município, (...).*

Grifamos.

A interpretação dessas regras sugere que a proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito.

Dito isso, levando-se em consideração o escopo do projeto de lei em análise, qual seja, a instituição de evento comemorativo e inserção do mesmo no Calendário Oficial da cidade, verificamos que, não óbice legal para tal proposição por iniciativa da Câmara de Vereadores.

Ao quanto compete nossa manifestação técnica, anotamos que à Câmara de Vereadores **é vedada a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal.**

Nesse sentido:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

*Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, **ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública**, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, com **a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal**. Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).*

Refira-se que a presente Proposição Legislativa, relacionada ao objeto que ora se discute, já havia sido analisada por esta Procuradoria (Projeto de Lei nº 21.354/2020) com as ressalvas atinentes ao respectivo art. 2º.

Ocorre que, houve a retirada daquela Proposição para fins de melhor adequação do dispositivo – art. 2º, o qual, ao nosso entendimento, infelizmente manteve equívoco quanto à sua redação, o qual lançamos abaixo:



“Art. 2º – No mês “Abril Laranja”, o Poder Público Municipal, realizará ações educativas, além de outros meios que contribuam para a conscientização e divulgação de informações acerca da causa animal, com intuito de combater a crueldade aos mesmos.”

(grifou-se).

Ante ao que se verifica, permanece estabelecendo atividades a serem realizadas pelo Poder Público, o que faz com que, se inviabilize a sua continuidade de tramitação.

Ressalte-se que, neste sentido, sugere-se que, seja notificada a proponente da presente Proposição Legislativa para que proceda com a melhor adequação do texto, especificamente o art. 2º, visto que, ao ora se depreende, a proposição permanece dispondo sobre a **“imposição/obrigação”** de atividades e serviços a serem desenvolvidos pelo Poder Público Municipal (Poder Executivo), com eventual despesa a ser realizada para o custeio de tais ações, **o que por ora**, demanda a inviabilidade de tramitação do respectivo projeto ante à invasão de competência exclusiva do Poder Executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos e precedentes jurisprudenciais apresentados acima, **opinamos por ora**, quanto à inviabilidade jurídica frente ao que restou disposto junto ao art. 2º do respectivo Projeto Legislativo (invasão de competência do Poder Executivo).

Neste sentido, sugere-se que, antes da sua remessa às Comissões Permanentes (Legislação e Justiça), a fim de que se evite delongas acerca



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

da tramitação do respectivo Projeto, seja notificada sua autora acerca da possibilidade da melhor adequação da norma (art. 2º).

À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as devidas diligências.

Sapucaia do Sul, 05 de agosto de 2020.

Pablo José Camboim de Souza

OAB/RS 50.493

Matrícula 881

João Roberto da Fonseca Junior

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257